



# A Declaração de Direitos Fundamentais



As dez emendas à Constituição, que em conjunto vieram a ser conhecidas como Declaração de Direitos Fundamentais, foram aprovadas pelo voto de dois terços do primeiro Congresso dos Estados Unidos e posteriormente ratificadas pelos três quartos obrigatórios das legislaturas estaduais. *National Archives*

COMO DIVERSOS CIDADÃOS TEMIAM QUE O NOVO GOVERNO CENTRAL INSTITUÍDO PELA CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS ASSUMISSE PODERES EXCESSIVOS, PROPUSERAM-SE EMENDAS PARA PROTEGER A LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE IMPRENSA, DE RELIGIÃO E OUTROS DIREITOS FUNDAMENTAIS. APROVARAM-SE DEZ, HOJE CONHECIDAS EM CONJUNTO COMO A DECLARAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS.

## Emenda I

(Ratificada em 15 de dezembro de 1791)

O Congresso não aprovará nenhuma lei relacionada à instituição de uma religião ou à proibição de seu livre exercício; ou que cerceie a liberdade de expressão ou de imprensa; ou o direito do povo a reunir-se pacificamente e requerer do Governo a reparação de agravos.

## Emenda II

(Ratificada em 15 de dezembro de 1791)

Considerando que é mister à segurança do Estado livre uma milícia bem regulamentada, não se violará o direito do povo a possuir e portar armas.

## Emenda III

(Ratificada em 15 de dezembro de 1791)

Nenhum soldado poderá ser alojado na casa de alguém em tempo de paz sem anuência do proprietário, nem em tempo de guerra, exceto na forma a ser prescrita em lei.

## Emenda IV

(Ratificada em 15 de dezembro de 1791)

O direito do povo à inviolabilidade de suas pessoas, casas, documentos e pertences contra busca e apreensão arbitrárias não será infringido, e nenhum mandado será expedido exceto por justa causa, baseada em declaração juramentada, e definindo especificamente o local da busca e as pessoas ou coisas a apreender.

## Emenda V

(Ratificada em 15 de dezembro de 1791)

Pessoa alguma responderá por crime punível com pena de morte ou outro crime infame exceto por denúncia de um júri de acusação, salvo em casos ocorridos em forças de terra ou mar, ou na milícia, quando em serviço ativo em tempo de guerra ou

perigo público; pessoa alguma será julgada duas vezes pelo mesmo delito punível por pena de morte ou encarceramento; nem será obrigada em nenhum caso criminal a testemunhar contra si mesma, nem será privada da vida, liberdade ou propriedade sem o devido processo legal; a propriedade privada não será expropriada para uso público sem compensação justa.

### Emenda VI

(Ratificada em 15 de dezembro de 1791)

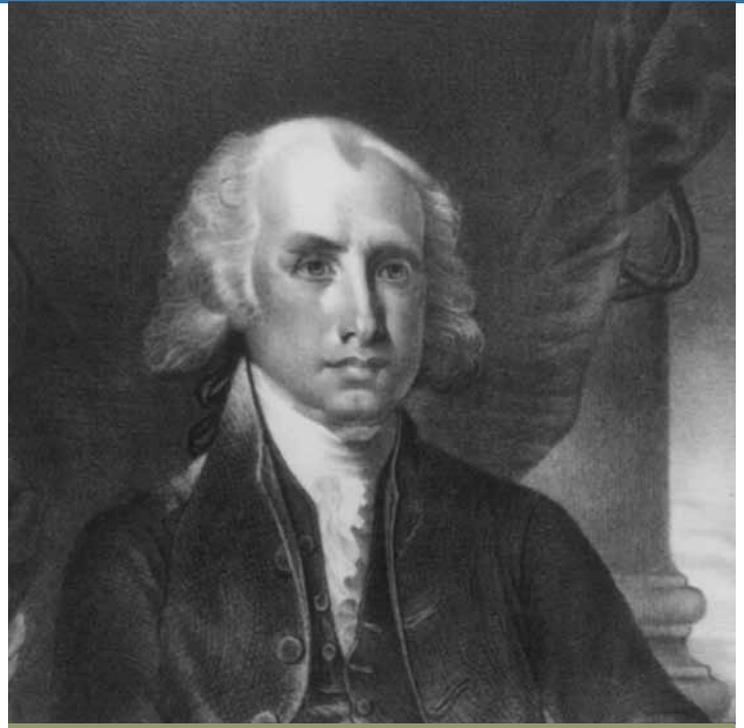
Em todas as ações criminais, o acusado terá direito a um julgamento pronto e público por um júri imparcial do estado e do distrito em que o crime tiver sido cometido, distrito este que terá sido previamente determinado por lei, e a ser informado da natureza e causa da acusação; a ser acareado com as testemunhas de acusação; a dispor de um processo obrigatório para convocar testemunhas em seu favor; e a ter a assistência de um advogado para defender-se.

### Emenda VII

(Ratificada em 15 de dezembro de 1791)

Nas ações de direito consuetudinário em que o valor em causa exceda vinte dólares, será preservado o direito a julgamento por júri e nenhum fato por este julgado

O Vice-Presidente John Adams presidia o Senado dos Estados Unidos quando essa casa do Congresso aprovou as emendas. ©AP Images



O Congressista James Madison desempenhou um papel decisivo, negociando a aprovação das emendas no Congresso e depois reclamando sua ratificação na Virgínia, seu estado natal. ©AP Images

será objeto de nova consideração por outro juízo dos Estados Unidos, salvo em conformidade com as normas do direito consuetudinário.

### Emenda VIII

(Ratificada em 15 de dezembro de 1791)

Não se requererá fiança excessiva, não serão impostas multas exorbitantes, nem tampouco serão infligidas punições cruéis ou incomuns.

### Emenda IX

(Ratificada em 15 de dezembro de 1791)

A enumeração de certos direitos sob esta Constituição não será interpretada no sentido de negar ou coibir outros direitos que o povo detenha.

### Emenda X

(Ratificada em 15 de dezembro de 1791)

Os poderes não delegados aos Estados Unidos pela Constituição nem por ela vedados aos estados são reservados a eles respectivamente, ou ao povo.

